



TERMOS EM QUE A ENTIDADE ADJUDICANTE PODE EXIGIR RÓTULOS E RELATÓRIOS DE ENSAIO, CERTIFICAÇÃO E OUTROS MEIOS DE PROVA

Portaria n.º 72/2018,
de 9 de Março

A Portaria n.º 72/2018, de 9 de Março vem definir, nos termos do Artigo 49.º-A do Código dos Contratos Públicos, os termos em que a entidade adjudicante pode exigir os seguintes meios de prova de conformidade com os requisitos ou critérios estabelecidos em procedimentos pré-contratuais:

- (i) **Rótulos** específicos para atestar que as obras, bens móveis ou serviços correspondem às características exigidas;
- (ii) **Relatórios de ensaios** de organismos de avaliação competentes ou **certificados** emitidos por tais organismos ou;
- (iii) **Amostras** de produtos que pretendem adquirir.

Meios de prova de conformidade com requisitos e critérios definidos nas especificações técnicas, no critério de adjudicação ou nas condições de execução dos contratos.

Assim, a Portaria fixou as seguintes regras quanto aos meios de prova de conformidade com características, requisitos ou critérios definidos nas especificações técnicas, no critério de adjudicação ou nas condições de execução dos contratos:

1. Rótulos:

As entidades adjudicantes podem, em procedimentos pré-contratuais que tenham por objecto a aquisição de obras, bens móveis ou serviços com características específicas do ponto de vista ambiental, social ou outro, exigir rótulos específicos para atestar a conformidade das características exigidas, **desde que estejam preenchidas, de forma cumulativa, as seguintes condições:**

Requisitos da exigibilidade de rótulos.

- ✓ Digam exclusivamente respeito a critérios associados ao objeto do contrato e sejam apropriados para definir as características a que se refere o contrato;
- ✓ Sejam baseados em critérios objetivamente verificáveis e não discriminatórios;
- ✓ Os rótulos sejam criados através de um procedimento aberto e transparente em que podem participar todas as partes interessadas (nomeadamente organismos governamentais, consumidores, parceiros sociais, fabricantes, distribuidores e organizações não-governamentais);
- ✓ Os rótulos estejam acessíveis a todas as partes interessadas;
- ✓ Os requisitos de rotulagem sejam definidos por um terceiro sobre o qual o operador económico que solicita o rótulo não possa exercer uma influência decisiva.

Caso a entidade adjudicante não exija o cumprimento de todos os requisitos de rotulagem, deve indicar quais os requisitos de rotulagem a cumprir.

Deve ainda a entidade adjudicante aceitar outros meios de prova adequados (designadamente, documentos do fabricante): (i) caso se comprove que o

operador económico não tem possibilidade de obter, no prazo estabelecido, o rótulo especificamente exigido; (ii) tal impossibilidade não lhe seja imputável e (iii) se provado que as obras, bens móveis ou serviços a ser por ele prestados cumprem os requisitos do rótulo específico ou os requisitos específicos indicados pela entidade adjudicante.

2. Relatórios de ensaio ou certificados:

Requisitos dos
relatório de ensaio ou
certificados.

As entidades adjudicantes podem também exigir, como meio de prova da conformidade com os requisitos ou critérios estabelecidos, a apresentação de **relatórios de ensaio de um organismo de avaliação dessa conformidade ou certificado emitido por tal organismo**.

Nos casos em que o operador económico (i) não tenha acesso aos certificados ou relatórios de ensaio, (ii) nem tenha qualquer possibilidade de os obter dentro dos prazos estabelecidos, deve ser aceite como meio de prova pela entidade adjudicante a documentação técnica do fabricante:

- a. Desde que a falta de acesso não seja imputável ao próprio operador económico; e
- b. Desde que este prove que as obras, bens móveis ou serviços cumprem os requisitos ou critérios indicados nas especificações técnicas, no critério de adjudicação ou nas condições de execução do contrato.

A Portaria exige ainda a aceitação de certificados emitidos por organismos equivalentes (no caso dos certificados emitidos por um organismo de avaliação da conformidade específico).

3. Amostras de produtos:

Requisitos das
amostras.

As entidades adjudicantes podem ainda exigir a apresentação de **amostras de produtos ou materiais** como meio de

prova da conformidade com os requisitos ou critérios estabelecidos.

Estas amostras são obrigatoriamente gratuitas para a entidade adjudicante.

Gratuitidade obrigatória das amostras.

A referida Portaria aplica-se a procedimentos pré-contratuais que tenham por objecto a aquisição de obras, bens móveis ou serviços e entrou em vigor no passado dia 10 de Março de 2018.

O presente resumo da Portaria n.º 72/2018, de 9 de Março não dispensa a consulta do texto integral do diploma, não constituindo o mesmo aconselhamento jurídico.



Margarida Lucas Rodrigues



Filipa Caetano